

35 anos da Aids no Maranhão: o livro-reportagem como instrumento de reconstituição memorialística¹

Oséas Batista dos SANTOS²
Paulo André Campos FREITAS³
Andrea Teresa Martins LOBATO⁴
Universidade CEUMA, São Luís, MA

RESUMO

A epidemia de Aids no final do século XX constituiu um fator que modificou a vida de milhões de pessoas no mundo, seja através do contato direto com a doença, por meio da infecção, ou pela proximidade com alguém que convive ou conviveu com o vírus. Desde modo, o presente artigo, que é resultado dos estudos realizados para a produção do Trabalho de Conclusão de Curso, pretende responder o seguinte questionamento: como o livro-reportagem pode, através da intersecção entre jornalismo e História, atuar na reconstituição memorialística dos 35 anos da Aids no Maranhão? Para o alcance dessa finalidade, serão utilizadas como metodologias as pesquisas qualitativa, exploratória e documental.

PALAVRAS-CHAVE: HIV; Aids; Maranhão; memória; livro-reportagem.

1 INTRODUÇÃO

Desde o surgimento da epidemiologia de Aids tem-se discutido entre os cientistas qual é a origem do vírus. Os primeiros casos registrados, como parte de diagnósticos que envolviam uma doença até então desconhecida, ocorreram em 1981, quando o Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos EUA notificou relatos de pacientes (especialmente do sexo masculino), que apresentavam sinais do Sarcoma de Kaposi (RACHID; SCHECHTER, 2017, p.3).

Apesar do início da epidemia ser datado a partir de 1981, e o vírus HIV ter sido isolado dois anos depois, em 1983, alguns casos clínicos posteriormente estudados indicam que a doença já havia feito vítimas ainda na década de 1960 em regiões da África (SOUZA, 2020).

¹ Trabalho apresentado no DT1-Jornalismo da Intercom Júnior – XVII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Graduando do Curso de Jornalismo da Universidade CEUMA. E-mail: oseasbatista07@gmail.com.

³ Graduando do Curso de Jornalismo da Universidade CEUMA. E-mail: paulo.acfreitas@outlook.com.

⁴ Professora da Universidade CEUMA. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Maranhão. Doutora em Ciência da Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: andreatmlobato@gmail.com

Sobre esse campo de debate acerca do surgimento do vírus e da sua propagação entre os seres humanos, Grmek (1995) problematiza a expressão ‘doença nova’. Nesse contexto, o historiador questiona:

[...] Seria a Aids uma doença nova? [...] Nova por não ter sido conhecida antes ou por não ter existido? E, nesse caso, que quer dizer não existir? Estar ausente de algum lugar apenas e não se alastrar por determinada população humana, ou não existir em parte alguma do mundo, nem que seja entre os animais? (GRMEK, 1995, p.229).

Segundo Grmek (1995), para a compreensão da emergência da Aids e seu consequente dano aos seres humanos, é necessário analisar a questão por três faces: a origem do vírus HIV; os primeiros casos da doença, especialmente aqueles anteriores à década de 1980; e o início da epidemia.

Em tal contexto, o autor aborda que a pandemia de Aids é o resultado de duas epidemias que foram oriundas dos vírus HIV-1 e HIV-2. A epidemia causada pelo último tipo de vírus citado ocorreu no período anterior aos anos 1980, e ficou restrita, inicialmente, à África oriental, região em que o HIV-2 foi originado (GRMEK, 1995).

O HIV-1 teria sido responsável, conforme expõe Grmek (1995), pela propagação a nível global da Aids. A disseminação do tipo 1 do HIV teria partido de três lugares, sendo o primeiro na África Central e os outros em regiões litorâneas da América do norte (GRMEK, 1995).

Nesse contexto, para compor a explicação sobre o processo de disseminação da doença em outras regiões do mundo, Grmek (1995) aborda uma explicação por meio de fatores sociais, que, conforme ele mesmo argumenta, não é original, mas é necessária para a contextualização do problema e a sua explicação.

Os fatores sociais que o autor faz referência são o caldeamento das populações, a liberalização dos costumes sexuais - especialmente a partir da década de 1960 - o crescimento do uso de drogas injetáveis e os avanços na transfusão de sangue (GRMEK, 1995).

Tal explicação também é corroborada por Pépin (2013). O autor argumenta que a disseminação do vírus HIV iniciou na década de 1950, especialmente por meio da transmissão parental e na década seguinte por via heterossexual; bem como pelo crescimento da prostituição em várias partes do Congo em consequência de um processo mal realizado de descolonização, o que ocasionou uma migração massiva do interior para a capital daquele país, a cidade de Kinshasa (PÉPIN, 2013).

Após esses primeiros anos de avanço da Aids em algumas regiões da África sem uma observação clínica e científica mais acurada, o vírus etiológico da doença começou a entrar em circulação fora do continente africano, a partir da década de 1970, especialmente no Haiti. A causa dessa disseminação fora da região de contágio inicial teria sido, conforme aponta Souza (2020), “[...] através de um dos 4.500 assistentes técnicos haitianos que trabalharam no Congo durante esse período turbulento”. (SOUZA, 2020, p. 29).

Ainda sobre esse contexto dos primeiros anos de pandemia de Aids, Souza (2020, p.29) complementa que, a partir da infecção inicial entre os haitianos, o vírus HIV foi “rapidamente reexportado para os EUA, presumivelmente pelo turismo sexual americano nos anos 70”.

Assim, com a maior facilidade de locomoção das pessoas entre as várias partes do mundo, a doença chega ao Brasil em 1982. Rocha (2020, p.23) aponta que “a construção histórica da Aids no Brasil seguiu o padrão norte americano e europeu, com a identificação dos primeiros casos em homossexuais masculinos, nas cidades e regiões mais desenvolvidas do país”.

O antropólogo americano Richard Parker (2003), em entrevista a Barbosa e Aquino, fala sobre as diferenças entre a sociedade americana e brasileira em relação à percepção sobre a Aids. Um dos caminhos que ele usou para estudar o desenvolvimento da doença no Brasil foi através da “cultura sexual do brasileiro”.

Lá (nos EUA) a questão da Aids estava ainda mais explosiva. Se antes eu só conhecia à distância as pessoas que morriam, naquele momento eu as conhecia pessoalmente. O impacto foi muito grande porque no Brasil a Aids ainda permanecia como um tema não muito explorado. Foi então que realmente tentei analisar “a cultura sexual” no Brasil em termos do que ela tinha a dizer sobre o caminho da epidemia e prever seus desdobramentos. Certamente, a ideia de que a epidemia aqui ficaria muito menos restrita a uma comunidade gay fechada, pela maneira como as relações homo e bissexuais se dão no país, foi um dos aspectos mais evidentes. (PARKER, 2003, p. 457-458).

Apenas três anos depois do primeiro caso de HIV notificado em território tupiniquim, o Ministério da saúde reconheceu a questão como um problema de saúde pública. Em 2 de maio de 1985, o Governo Federal criou o Programa Nacional de Aids, estabelecendo políticas públicas de prevenção e tratamento da doença. Entre as ações, estavam programas educativos sobre a temática, além da política de notificações dos novos casos (ROCHA, 2007, p. 24).

No mesmo ano em que o Governo Federal inicia as diretrizes de enfrentamento à Aids no Brasil, o estado do Maranhão notifica o primeiro caso. A doença segue no estado o mesmo perfil de infectados do resto do país. Portanto, em sua maioria apresentavam a doença os homossexuais, usuários de drogas injetáveis e hemofílicos. Os meios de contágio no Maranhão também seguiram um caminho semelhante ao restante do mundo, sendo a locomoção facilitada pelos transportes mais ágeis.

A propagação do vírus no Estado está ligada a vários fatores, entre eles: extensão territorial, a existência de grandes eixos rodo-ferroviários (BR-010, BR-222 e Ferrovia Carajás), questões socioeconômicas em que o baixo índice de desenvolvimento humano e a mobilidade populacional são fatores que geram uma necessidade de ações de promoção, prevenção e proteção à saúde com ênfase para segmentos de maior vulnerabilidade às DST/HIV/Aids (ROCHA, 2007, p.39).

No Maranhão, o caminho no estabelecimento de uma estrutura que assistisse esses pacientes foi demorado. Os primeiros pacientes maranhenses infectados pelo HIV não eram tratados no estado, mas eram encaminhados para as regiões centro-oeste e sudeste do país.

Apenas em 1992 foi montado, na capital São Luís, um espaço ambulatorial para o atendimento dos pacientes, o Centro de Saúde de Fátima (ROCHA, 2007, p. 42). Seis anos depois da criação do Centro, e treze após o registro do primeiro caso no estado, foi sancionada Lei nº 3677, para regular o Programa Municipal de Prevenção e Controle de DST/Aids. À época, São Luís concentrava 65% dos casos do Maranhão (ROCHA, 2007, p. 42).

Em paralelo à lentidão da implantação das diretrizes de resposta ao problema, ocorria a construção de uma narrativa da doença que refletiu no modo como as pessoas encaravam o tema, bem como também no processo de construção da memória social em torno da questão.

Isto posto, torna-se fundamental aprofundar a construção mnemônica e discursiva que produziu tal imaginário social com relação aos infectados pelo vírus HIV.

2 MEMÓRIA

As reflexões acerca da memória enquanto instrumento de reminiscência remontam a Platão e a Aristóteles, tendo, portanto, sido suscitadas desde o início da filosofia ocidental, conforme aponta Ricouer (2007, p. 27).

A compreensão que os dois filósofos gregos tinham sobre o fenômeno mnemônico perpassa pela ideia da imaginação e imagem enquanto categorias ligadas à memória. A diferença marcante era: Platão defendia que o problema da memória está ligado à imaginação, atravessando o tema da *eikon*, e a defesa aristotélica compunha-se da ideia da inserção da imagem na lembrança (RICOUER, 2007, p. 27).

O momento histórico que a Grécia vivia quando essas ideias foram concebidas pode ser caracterizado por uma transmissão do conhecimento via tradição oral. De tal modo, o ato da lembrança era um recurso amplamente difundido na sociedade grega como meio de viabilizar essa tradição (LEORNADELLI, 2008, p. 22).

Nesse contexto, as ideias platônicas inserem, em caráter efetivo, a arte da memória no plano da teoria geral do conhecimento. A inserção deu-se por meio do cultivo da memória em paralelo à problematização da temática para um campo que vai além dos modelos fixos e de uma mera reprodução imagética, tal como aponta Leornardelli (2008) em relação às ideias do filósofo presentes em *A República*.

A memória se divide em duas categorias de natureza e função quase opostas e que são comprometidas com processos antagônicos no que tange à qualidade de aprendizagem do filósofo.

A primeira é a conservação das sensações. Essa memória passiva é uma permanência de dados da percepção sensível na alma, se cria involuntariamente e não está envolvida no pensamento (noêsis) ao contrário. [...] Ela é quase um resíduo da alma que surge indeterminadamente (uma lembrança espontânea) e, não encontrando outra tarefa senão revelar-se a si mesma, esgota-se tão logo se fixe outra percepção.

A outra é a reminiscência (anamnese), atividade de recordar, que para Platão, não é outra coisa senão aprender. A recordação é um movimento voluntário, que deve ser cultivado pelo filósofo por meio boulêsis (vontade, aspiração racional), pois nela consiste no acesso ao conhecimento verdadeiro [...]. (LEORNADELLI, 2008, p. 28)

Sobre a diferença proposta por Platão entre memória e reminiscência, Peixoto e Oliveira (2012, p. 174) argumentam que a questão está dividida em dois pontos: preservação do traço da memória, que incide em uma “memória impressa”; e um segundo ponto referente à reevocação dessa memória, caracterizada a partir da possibilidade dos mecanismos que promovam a sua condição de existência.

Como já abordado, Aristóteles, assim como Platão, também realizou reflexões acerca da memória. A concepção aristotélica presente no tratado *De anima*, que influenciou a Idade Média e a modernidade, partia da ideia de que os cinco sentidos realizavam a apreensão dos estímulos e sensações humanas, ocorrendo, a partir desse percurso, “seu transporte para a faculdade da imaginação”, formando as imagens que constituem a base da atividade intelectual (SILVA, 2001, p.32).

Nesse contexto, Ricouer (2007, p.34) argumenta que as ideias de Aristóteles, expostas em outro tratado - *Da memória e reminiscência* - podem, dentre outros fatores, serem compreendidas como herdeiras “no plano fundo erístico e dialético” das ideias platônicas.

Ricouer aponta que a primeira questão apresentada por Aristóteles na obra anteriormente citada refere-se à questão-lembrança presente na frase do filósofo grego: “A memória é do passado”. A frase colocaria, conforme aponta Ricouer (2007, p. 35), “um contraste com o futuro da conjuntura e da espera e com o presente da sensação ou percepção”.

Em *Da memória e reminiscência*, Aristóteles busca uma compreensão da questão mnemônica não apenas enquanto processo de preservação do passado, mas também acerca da função das imagens em relação ao pensamento. Para este fim, ele realiza a primeira sistematização explicativa da memória, que constitui uma exposição do tema a partir da comparação de que a memória é semelhante a um quadro, produzido pelas sensações presentes na alma, sendo um instrumento de construção da individualidade humana, tal como explica Morel (2009).

A lembrança é então produzida ao mesmo tempo na alma e no corpo, o que significa reafirmar que ela afeta, ao mesmo tempo, a alma e o corpo [...].

Por “isto que é tal”, é necessário entender, sem nenhuma dúvida, “alguma coisa de corporal”: a reminiscência consiste em apreender novamente as imagens, materialmente conservadas como traços das operações cognitivas anteriores [...] A memória é, com efeito, uma faculdade de formação, de conservação, mas também de rememoração de imagens. Por consequência, ela não se reduz a só uma presença de uma imagem como traço físico. De um lado, a memória é ao mesmo tempo a percepção de um traço sensível de um objeto ou de um evento particular e uma percepção do tempo. De outro lado, ela apreende a imagem como imagem, o que significa que ela a distingue espontaneamente daquilo do qual ela é a imagem, o que não é o caso, por exemplo, de uma imagem onírica. (MOREL, 2009, p. 8-21)

3 O LIVRO-REPORTAGEM COMO INSTRUMENTO DE RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA

3.1 INTERSECÇÃO ENTRE JORNALISMO E HISTÓRIA

O campo histórico surge como uma atividade a que cabe a tarefa de registrar as ações do cotidiano e os feitos do passado. Sousa (2008) identifica nos mecanismos que eram utilizados para o cumprimento dessa tarefa algumas estruturas que podem ser classificadas como pré-jornalísticas. Ele argumenta que, entre outros fatores, jornalismo e História têm em comum o fato de “[...] redigir uma espécie de crônica, ou resumo dos acontecimentos notáveis, para arquivos e memória futura” (SOUSA, 2008, p. 20).

Entre os relatos da antiguidade identificados pelo referido autor como sendo embriões da técnica jornalística, estão os poemas *Ilíada* e *Odisseia*, escritos por Homero (SOUSA, 2008, p. 21). A intenção do poeta grego era, de acordo com Sousa, divulgar histórias acerca dos deuses e do seu poder de intervenção na vida dos seres humanos. Nesse sentido, o teórico observa que, além de cumprir um papel de fornecedor de mitos e lendas ao povo grego, os poemas também contribuíram, através de estruturas de narração e certas premissas discursivas, para o prelúdio das técnicas jornalísticas.

De qualquer modo, e no que respeita à influência da literatura grega fundacional na gênese do jornalismo [...], é notório que na *Ilíada* e na *Odisseia* se encontram já alguns esquemas de narração e enunciação similares aos atuais modelos jornalísticos de enunciação e que os temas de que ambos os poemas tratam (vidas de heróis famosos, combates, diálogos entre pessoas famosas.) são temas igualmente presentes no jornalismo contemporâneo. (SOUSA, 2008, p. 8).

Sousa (2008) defende que as primeiras noções daquilo que os americanos vieram a chamar de *lead* já podem ser observadas na *Ilíada*. O autor aponta que o poema sempre inicia com um verso construído de maneira a causar impacto, de modo a estruturar a intenção discursiva mais importante no início da narrativa. É apresentado como exemplo o *Canto I* do poema *Odisseia*, em que Homero enuncia: (“Canta, ó deusa, a raiva funesta de Aquiles, filho de Peleus, que trouxe um incontável sofrimento aos Aqueus e que precipitou no Hades muitas almas de heróis, presas de cães e abutres (...)!”)⁵. (SOUSA, 2008, p. 9).

⁵ A tradução deste verso, da língua inglesa para o português, foi realizada pelo próprio Sousa (2008) para fins de exemplificação do seu estudo.

Em seguida, o autor descreve que o *Canto I* termina com os versos: “Mas quando a fúlgida luz do sol chegou ao ocaso, os deuses recolheram-se aos seus palácios (...). Zeus Olímpico, fulminador, encaminhou-se para o leito onde costumava dormir quando o doce sono o vencia. Ao seu lado descansou Hera, a do áureo trono”. Sousa (2008, p. 10) argumenta que estes versos, além de criarem um encadeamento com a estrofe seguinte, exemplificam um tipo de estrutura que termina com a descrição de um fato menos importante, do ponto de vista narrativo, do que aqueles primeiros versos que iniciam o referido Canto, assemelhando-se, assim, de acordo com o autor, à técnica da pirâmide invertida.

Como observado, a linha de convergência entre História e Jornalismo existe antes dos dois campos terem seus limites de atuação estabelecidos. Ambas as áreas trabalham com a ideia de testemunho e tem como objetivo a verificação dos fatos, tendo em vista a sua veracidade (VEYNE, 1983, p. 21). Para alcançar este propósito, o jornalismo faz uso de ferramentas do método historiográfico, como a coleta e a análise de fontes documentais e humanas (ROMANCINI, 2005, p. 10).

Assim, os dois tipos de fontes acima citadas dão um sentido discursivo, através da construção narrativa ocorrida por meio da seleção dos fatos, ao resultado do trabalho do historiador e do jornalista.

[...] À semelhança de um historiador e cientista político, o jornalista seleciona e hierarquiza aquilo que quer priorizar em seu texto. Ele pode descrever um fato, mas só conseguirá narrá-lo até o limite dos seus conhecimentos e de sua própria competência discursiva [...] (MARCÍLIO, 2013, p. 48-49).

Apesar das semelhanças, ambos os profissionais estão submetidos a lógicas de produção diferentes. Enquanto o historiador tem seu trabalho ligado especialmente ao mundo acadêmico, o jornalista trabalha para cumprir prazos do mercado (MARCÍLIO, 2013, p. 43). Tal fato implica em diferentes perspectivas de uso das ferramentas já citadas, devido ao exíguo tempo que o jornalista possui para terminar as suas atividades. A diferença é percebida especialmente no processo da documentação, utilizada tanto no jornalismo diário ou semanal, quanto no livro-reportagem (LIMA, 2004, p. 128). Assim, enquanto o historiador tem um tempo maior para realizá-la, o jornalista em seu cotidiano a desempenha de maneira mais célere.

4 OS GÊNEROS REPORTAGEM E LIVRO-REPORTAGEM

No século XIX, a Europa e os Estados Unidos sofreram um acelerado processo de transformação nos campos político, social e econômico, em consequência da Revolução Industrial, que começara no século anterior. Tais mudanças deram início à sociedade moderna (FERREIRA, 2010, p. 100-101) caracterizada pela suplantação do modelo social comunitário, baseado no aspecto rural, em detrimento da sociedade urbanizada e de massas.

Essas transformações também ocasionaram o aumento do número de leitores, o que levou ao crescimento das tiragens de jornais para atender a nova demanda que surgira. Nesse contexto, “foi necessário mudar progressivamente o estilo das matérias que os jornais publicavam” (LAGE, 2019, p. 13). Como aponta Lage, a necessidade das mudanças na linguagem jornalística teve o objetivo de alcançar o novo tipo de leitorado que não se identificava com o jornalismo que era praticado, pautado pelo discurso retórico, tendo como principal finalidade apenas difundir as ideias burguesas, constituindo a época do jornalismo publicista.

Com a expansão do público leitor e a maior participação de faixas sociais como o operariado, parte do discurso da imprensa ganha contornos “menos racionais e mais emotivos” (SOUSA, 2008, p.103). Nesse sentido, o jornalismo do século XIX pode ser dividido sob dois aspectos: educador e sensacionalista.

A vertente educativa se explica porque a incorporação dos novos contingentes populacionais à sociedade industrial implicava mudanças radicais de comportamentos e da compreensão das relações humanas. [...] A vertente sensacionalista justificava-se porque, para cumprir a função sociabilizadora, educativa, devia-se atingir o público, envolvê-lo para que lesse até o fim e se emocionasse. [...] O paradigma para isso era a literatura novelesca: o sentimentalismo, para as moças; a aventura, para os jovens; o exótico e o incomum, para toda a gente [...] (LAGE, 2019, p.14-15).

Com efeito, o gênero reportagem começa a ser delineado nesse período. A partir de então, a atividade jornalística adquire proporções testemunhais, como aponta Lage (2019, p. 21) ao classificar, em relação ao desenvolvimento do jornalismo, o século XVII e XVIII, como a época do jornalismo publicista; o século XIX, o do jornalismo educador e sensacionalista e, por fim, o século XX como o do jornalismo-testemunha.

Assim, o repórter, figura que emerge nesse período, surge com a função de

desempenhar o objetivo básico da reportagem que é “informar com profundidade, contando uma história” (SOUSA, 2001, p. 259). Apesar de ainda existir a notícia de cunho propagandístico (LAGE, 2019, p.16), a reportagem já atuava para levar ao público uma dimensão real dos fatos transcorridos.

Na esfera de produção das reportagens há algumas divisões enquanto forma de classificação. Sodré e Ferrari (1986, p.45) propõem uma classificação de reportagem de tipo documental. Segundo os autores, a reportagem documental refere-se à narração de um fato amparado em uma pesquisa documental que norteia o desenvolvimento da reportagem.

Desse modo, o relato jornalístico realizado com substancial base de documentos leva ao desenvolvimento de reportagens de maior fôlego, também chamadas de grandes reportagens, ligando-se assim ao jornalismo interpretativo.

Com o tempo, consolida-se a prática da grande reportagem e se fortalece uma de suas formas de expressão por excelência: o jornalismo interpretativo, [...] que busca não deixar a audiência desprovida de meios para compreender o seu tempo, as causas e origens dos fenômenos que presencia, suas consequências no futuro (LIMA, 2004, p.19-20).

Compreende-se, assim, que a reportagem é o espaço textual onde o jornalista transmite o seu relato por meio de um estilo que ultrapassa o simples discurso noticioso, atingindo, portanto, um nível de compreensão maior. Deste modo a notícia, que é caracterizada como a apresentação de um fato sempre ligado à atualidade, difere da reportagem principalmente pelo aspecto do imediato de que tratam ambos os textos informativos (LIMA, 2004, p. 24).

No entanto, apesar de a reportagem ter a finalidade teórica de produzir um relato aprofundado sobre um fato por meio de uma linguagem mais dinâmica, o ritmo de produção das redações – regido por uma concepção industrializada do jornalismo – impõe uma agilidade à prática cotidiana do profissional, impedindo, assim, em várias situações, que tal finalidade seja atingida (LIMA, 1993, p. 12).

Nesse sentido, o livro-reportagem, por se caracterizar como um elemento de complementação ao trabalho cotidiano da imprensa, pode auxiliar no alcance da profundidade de temas, bem como em uma construção narrativa mais elaborada. Portanto, o referido gênero pode ser, entre outros aspectos, compreendido como um produto que guarda estreitas relações “[...] com a concepção de jornalismo, em especial com o

jornalismo ‘de profundidade’, mais crítico e analítico” (BELO, 2006, p.41).

Como uma forma de ajudar na compreensão das diversas temáticas que o gênero livro-reportagem pode abordar, Lima (2004, p.51) propõe treze classificações em relação aos assuntos tratados por esse produto jornalístico, sendo :livro-reportagem-perfil; livro-reportagem-depoimento; livro-reportagem-retrato; livro-reportagem-ciência; livro-reportagem-ambiente; livro-reportagem-história; livro-reportagem-nova consciência; livro-reportagem-instantâneo (ou *flash*); livro-reportagem-atualidade; livro-reportagem-antologia; livro-reportagem-denúncia; livro-reportagem-ensaio; e livro-reportagem-viagem.

Para fins de discussão, em razão da temática do presente trabalho, será abordada a classificação do livro-reportagem-história, que consiste, de acordo com o autor no enquadramento narrativo acerca de um fato do passado recente ou de um acontecimento longínquo. Ainda segundo Lima, a narrativa dos livros-reportagem incluídos nesta classificação tem um ponto que une os fatos passados, trabalhados ao longo do livro, ao tempo presente, “possibilitando um elo comum com o leitor atual” (LIMA, 2004, p.54).

O jornalista que escreve um livro-reportagem-história, além da capacidade narrativa para contar um fato, precisa avaliar proporcionalmente os episódios narrados, tendo em vista um encadeamento entre épocas distintas.

O emprego de técnicas de apuração e de produção do texto facilita a tarefa quando o autor é capaz de relacionar acontecimentos do passado e suas influências nos dias de hoje ou no comportamento da sociedade, por exemplo. Ou mostrar como determinado momento histórico afetou e afeta o desempenho de um setor da economia ou o modo de ser de uma comunidade (BELO, 2006, p.48).

Para transpor as dificuldades que o encadeamento dos fatos de um trabalho de maior dimensão como o livro-reportagem exige, o jornalismo importa da literatura recursos que auxiliam na composição textual do referido gênero (LIMA, 1993, p. 43). Assim, jornalismo e literatura ligam-se dando origem a um tipo de produção chamada jornalismo literário.

As relações entre os dois campos são caracterizadas, desde a segunda metade do século XIX, por momentos de maior ligação e outros de distanciamento. A convergência entre as duas áreas sempre passou pela escrita, meio em que “os jornalistas sentiam-se inclinados a se inspirar na arte literária para encontrar os seus próprios caminhos de narrar o real” (LIMA, 2004, p. 174).

O jornalismo, ao fazer uso de tais técnicas, não atua apenas como um mero importador, mas age ativamente no sentido de transformar a atividade literária, dando-lhe um novo encaminhamento. Assim, a atividade jornalística traz ao uso dos elementos literários o aspecto de “representação do real efetivo”, inserindo também nesse uso elementos próprios como: “precisão, clareza e simplicidade”. (LIMA, 2004, p. 178).

A intersecção entre jornalismo e literatura é estreitada na década de 1960 nos Estados Unidos com o movimento que ficou conhecido como *new journalism*, que prezava pela alta qualidade textual em reportagens veiculadas em jornais e revistas, baseado em aspectos literários (BELO, 2006, p. 25).

O surgimento do Novo Jornalismo foi ocasionado pela contrariedade de muitos jornalistas em trabalhar unicamente com o modelo imposto pelo *lead*, que, como já visto, segue um estilo seco e objetivo do relato dos fatos, considerado por esses jornalistas como uma “prisão narrativa” (PENA, 2019, p. 53).

No desenvolvimento da narrativa do *New Journalism*, o jornalista segue um caminho subjetivo de narração, trabalhando questões como: “reconstruir a história cena a cena; registrar diálogos completos; apresentar as cenas pelo ponto de vista de diferentes personagens; e registrar hábitos, roupas, gestos, e outras características dos personagens” (PENA, 2019, p. 54).

Para trabalhar melhor tais questões, é feito o uso do perfil como recurso narrativo. O perfil consiste na narração sobre uma pessoa referente a aspectos como o seu perfil psicológico, hábitos, peculiaridades dentre outros aspectos que levam a “compreendê-la de forma mais completa, como ser humano inteiro” (LIMA, 2014, p. 60).

A narrativa tem esse papel de encadeamento das lembranças e da memória individual levando a um processo de particularização e de continuidade, levando, portanto, a um processo de rememoração.

[...] É à memória que está vinculado o sentido de orientação na passagem do tempo; orientação em mão dupla, do passado para o futuro, de trás para frente, por assim dizer, segundo a flecha do tempo da mudança, mas também do futuro para o passado, segundo o movimento inverso de trânsito da expectativa da lembrança, através do presente vivo (RICOEUR, 2007, p.108).

Desta forma, a história adquire importância nesse aspecto tanto a nível ficcional e factual ao “[...] revelar o sentido da nossa trajetória - coletiva, humana e social” (LIMA, 2004, p. 280). Portanto, nesta concepção, o livro-reportagem encontra, em sua

classificação histórica, o seu sentido de ser.

5 METODOLOGIA

Como caminho metodológico, este trabalho segue uma abordagem qualitativa, cujo pressuposto básico “julga indissociável o vínculo entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Em se tratando de buscar o resgate memorialístico da AIDS e seus portadores, é exigida do pesquisador uma familiarização profunda com a temática e suas implicações, sendo, portanto, fundamental a pesquisa em campo, tal qual já é característico do ofício do jornalista que apura os acontecimentos. Como apontam (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70):

O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. Nesse caso, as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador. A utilização desse tipo de abordagem difere da abordagem quantitativa pelo fato de não utilizar dados estatísticos como o centro do processo de análise de um problema, não tendo, portanto, a prioridade de numerar ou medir unidades.

Baseado nesse pressuposto passou-se à pesquisa exploratória, partindo de revisão da literatura disponível no que respeita à constituição do Livro-reportagem, seu papel como instrumento histórico-jornalístico de narrar acontecimentos, e sua capacidade de atuar como memorial dos mesmos. Como Marconi e Lakatos (2019) salientam:

Pesquisa alguma parte da estaca zero. Mesmo que exploratória, isto é, de avaliação de uma situação concreta desconhecida, em um dado local, alguém ou um grupo, em algum lugar, já deve ter feito pesquisas iguais ou semelhantes, ou mesmo complementares de certos aspectos da pesquisa pretendida. Uma procura de tais fontes, documentais ou bibliográficas, torna-se imprescindível para a não duplicação de esforços, a não “descoberta” de ideias já expressas, a não inclusão de lugares-comuns no trabalho.

Por conseguinte, a pesquisa documental se mostra essencial quando se trata da concepção de um livro reportagem. Serão buscados registros junto a órgãos municipais, estaduais e nacionais, e publicações científicas da época delimitada na pesquisa também servirão para reconstituir o trajeto da AIDS no Estado do Maranhão a partir de 1985. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009), esse tipo de pesquisa se fundamenta em materiais

que não receberam tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa, o que confirma a relevância do resgate histórico proposto por este trabalho, bem como a necessidade da pesquisa documental.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo tem como uma de suas principais características o olhar atento e rápido sobre os fatos da atualidade. Há, entretanto, momentos da história que marcam tão profundamente o tempo presente, que causam consequências não apenas para a época onde os fatos trabalhados pelo jornalismo transcorrem, como também para o comportamento das gerações futuras, que já nascem em um cenário moldado por situações e caminhos pelos quais não fizeram opção. Um desses momentos ocorreu na década de 1980, com o surgimento avassalador da Aids, onde parte de uma geração foi dizimada.

Uma das formas de contribuir para a rememoração de tal evento pode ocorrer através do produto livro-reportagem. Nesse sentido, compreendendo o jornalismo como um espaço de promoção do discurso, o livro-reportagem caracteriza-se como o instrumento de relato denso e de cruzamento com elemento da literatura, em que é possível ampliar as fronteiras do jornalismo para além do seu lado cotidiano.

Assim, de tal modo, o presente trabalho abordou um tema que nos últimos anos tem sido colocado a margem do noticiário, especialmente em um período que marca os quarenta anos de início da epidemia de Aids a nível global e os trinta e cinco anos do seu prelúdio no Maranhão. A história, em uma das ferramentas – a memória – contribuiu para tal fim.

A realização do presente trabalho ocorreu em um momento peculiar de nossa história: a pandemia da covid-19. Em tal contexto que, sob certos aspectos, assemelha-se com os primeiros anos da Aids, no que se refere à mudança de comportamento e na sociabilidade entre os indivíduos que ambas as doenças ocasionaram. Outro aspecto de proximidade dá-se pelo sentido de que os dois cenários carregam histórias de vidas que, em algum momento, deverão ser contadas, seja pelo interesse factual do jornalismo, ou – como o presente trabalho intenta – pela necessidade de realizar um itinerário que, como descrito no início do trabalho – de cunho histórico.

Reitera-se, portanto, a relevância de uma abordagem de caráter jornalístico e memorialístico para que uma parte da história não continue soterrada pelo escombros dos anos e possa vir a ser conhecida pelas novas gerações que não puderam presenciar os primeiros anos onde os fatos narrados transcorreram.

REFERÊNCIAS

- BELO, E. **Livro-reportagem**. São Paulo: Contexto, 2006.
- FERREIRA, G. M. In: MARTINO, Luís C. Martino; FRANÇA, Vera Veiga; HOHLFELDT, Antonio (Orgs.). **Teorias da Comunicação - Conceitos, Escolas e Tendências**. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. 1ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GRMEK M. **O enigma do aparecimento da AIDS**. *Estud Av* 1995; 9(24): 229- 239.
- LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- LEONARDELLI, Patricia. **A memória como recriação do vivido aplicada às artes performativas**. In: *Revista Sala Preta*, São Paulo, número 9, 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/57402/60384>.
- LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Ed. rev. e atual. Barueri, SP: Manole, 2004.
- _____. **O que é livro-reportagem**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- _____. **Jornalismo literário para iniciantes**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- MARCILIO, Daniel. **O Historiador e o Jornalista: A História imediata entre o ofício historiográfico e atividade jornalística**. *Aedos*, Porto Alegre, v. 5, n. 12, p.42-63, jul. 2013.
- MOREL, P. M. **Memória e caráter. Aristóteles e a história pessoal**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, n. 30, p. 11-44, 2009.
- PENA, Felipe. **Jornalismo literário**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2019.

- PÉPIN J. **The origin of AIDS: from patient zero to ground zero.** J. Epidemiol Community Health. 2013; 67:473–5
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C.. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** – 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- RACHID M, SCHECHTER M. **Manual de HIV/Aids.** 10ª ed. Rio de Janeiro: Revinter; 2017.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- ROCHA, Anne Gabriela Veiga. **O SERVIÇO SOCIAL E O ENFRENTAMENTO DA AIDS NO MARANHÃO: um estudo sobre a prática dos assistentes sociais nos programas de DST/AIDS em São Luís.** 2007. 89 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Programa de Políticas Públicas da UFMA. Universidade Federal do Maranhão, São Luís.
- ROMANCINI, R. **História e Jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa.** In CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28, NP 02 – JORNALISMO, ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DA INTERCOM, 5, 2005. **Anais.** Rio de Janeiro: Intercom, UERJ.
- SODRÉ, M.; FERRARI, M. H. **Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística.** São Paulo: Summus, 1986.
- SOUSA, Jorge Pedro. **Uma história breve do jornalismo no ocidente.** [S.l.]. Universidade Fernando Pessoa e Centro de Investigação Media & Jornalismo, 2008. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>>. Acesso em 15 out. 2020.
- SOUZA, Alex Godoy Padilha de. **A construção da memória da epidemia de AIDS e seus desdobramentos: Qual o lugar dos museus nessa história?** 2020. 138 p.
- SOUZA, L. F. de. **Conhecimento e memória no Teeto de Platão.** Tese (Doutorado em Letras Clássicas) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- VEYNE, Paul. **Acreditavam os gregos em seus mitos?** Ensaio sobre a imaginação constituinte. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.